

Disclosure Voluntário - uma análise das companhias abertas do sul do Brasil

Ana Paula Capuano da Cruz (UFPR) - anapaulacapuanocruz@hotmail.com

Roselaine da Cruz Mendes (FURG) - rcm_mendes@yahoo.com.br

Rafael Capuano da Cruz (UFSC) - bataelo@gmail.com

Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo (UFPR) - marciabortolucci@ufpr.br

Débora Gomes Machado (FURG) - debora_furg@yahoo.com.br

Resumo:

A promulgação da Lei 11.638/07 suscitou a necessidade das companhias abertas publicarem DFC e DVA. No entanto, até então algumas empresas optavam por não divulgar tais informações, tornando-as representativas de um diferencial aos analistas de mercado. Sendo assim, o presente artigo objetivou investigar quais as informações contábeis voluntárias evidenciadas por 107 empresas do sul do Brasil em 2006. Metodologicamente, trata-se de um estudo documental de natureza descritiva, realizado por meio de análise de conteúdo. A pesquisa revela que o EBITDA foi a divulgação espontânea mais recorrente, seguida pela evidenciação de intangíveis e da DFC. Já o Balanço Social e a DVA mostraram-se mais tênues. As constatações da análise específica de cada um dos estados sugerem maior interesse por questões sociais nas empresas do PR e SC. Constatou-se que as evidenciações voluntárias no sul do país são exíguas; mais de 35% das empresas não realizaram qualquer tipo de evidenciação dentre aquelas investigadas. As companhias do setor de bens industriais foram responsáveis pela maioria das evidenciações espontâneas e houve alto índice participativo das empresas do setor de consumo cíclico na evidenciação de Balanço Social e de intangíveis. No tocante à relação entre as evidenciações analisadas, as publicações de DFC e DVA podem ser explicadas pela apresentação de EBITDA. Por fim, os resultados sugerem que as empresas investigadas ainda têm muito a progredir no que diz respeito à evidenciação de informações contábeis.

Palavras-chave: *Evidenciação contábil. Informações voluntárias. Governança corporativa.*

Área temática: *Controladoria*

Disclosure voluntário: uma análise das companhias abertas do sul do Brasil

RESUMO

A promulgação da Lei 11.638/07 suscitou a necessidade das companhias abertas publicarem DFC e DVA. No entanto, até então algumas empresas optavam por não divulgar tais informações, tornando-as representativas de um diferencial aos analistas de mercado. Sendo assim, o presente artigo objetivou investigar quais as informações contábeis voluntárias evidenciadas por 107 empresas do sul do Brasil em 2006. Metodologicamente, trata-se de um estudo documental de natureza descritiva, realizado por meio de análise de conteúdo. A pesquisa revela que o EBITDA foi a divulgação espontânea mais recorrente, seguida pela evidenciação de intangíveis e da DFC. Já o Balanço Social e a DVA mostraram-se mais tênues. As constatações da análise específica de cada um dos estados sugerem maior interesse por questões sociais nas empresas do PR e SC. Constatou-se que as evidenciações voluntárias no sul do país são exíguas; mais de 35% das empresas não realizaram qualquer tipo de evidenciação dentre aquelas investigadas. As companhias do setor de bens industriais foram responsáveis pela maioria das evidenciações espontâneas e houve alto índice participativo das empresas do setor de consumo cíclico na evidenciação de Balanço Social e de intangíveis. No tocante à relação entre as evidenciações analisadas, as publicações de DFC e DVA podem ser explicadas pela apresentação de EBITDA. Por fim, os resultados sugerem que as empresas investigadas ainda têm muito a progredir no que diz respeito à evidenciação de informações contábeis.

Palavras-chave: Evidenciação contábil. Informações voluntárias. Governança corporativa.

Área Temática: Controladoria.

1 INTRODUÇÃO

Elaboradas com a finalidade de revelar a adequada posição patrimonial e financeira da empresa em um dado momento, as demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras devem atender à Lei 6.404/76 e às deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis mostram-se potencialmente contributivas às organizações, principalmente no que diz respeito ao respaldo à tomada de decisões. Todavia, ainda que as informações contábeis publicadas estejam alinhadas aos preceitos legais e societários, mostram-se insuficientes ao suprimento das necessidades empresariais. Face a esse contexto, Gonçalves e Ott (2002) atentam à abertura comercial e ao acirramento do mercado como requerentes de uma postura mais arrojada e transparente às organizações.

Em decorrência dos avanços tecnológicos vivenciados nos últimos anos, o acesso às informações não representa mais um empecilho ao gestor; pelo contrário, encontra-se inserido num processo extremamente ágil e acessível. Assim, companhias abertas dos mais variados segmentos, têm associado às necessidades que vem sendo ditadas pelo mercado, representado pelas bolsas de valores, aos recursos tecnológicos disponíveis de modo a tornarem-se mais transparentes (BOVESPA, 2007).

A criação de níveis diferenciados de Governança Corporativa instituídos pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), bem como o crescente prestígio das companhias socialmente responsáveis (ETHOS, 2002) sinalizam um mercado interessado em reunir o

maior número possível de informações relativas às organizações. Assim, uma vez que as companhias estão sendo pressionadas a divulgar informações que transcendem aquelas às quais são compelidas, seja pela legislação societária ou pela CVM, a inclusão voluntária de informações contábeis tem sido objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas (COSTA Jr., 2003; BHOJRAJ, BLACCONIERE e D'SOUZA, 2004; KIMBROUGH, 2005; MALACRIDA e YAMOTO, 2006; PONTE *et al*, 2007; CLARKSON *et al* 2008).

Recentemente, houve a promulgação da Lei 11.638/07 que se constitui na legitimação da DFC e DVA como demonstrações contábeis reconhecidamente importantes ao mercado. No entanto, em 2006 a evidenciação de tais instrumentos era espontânea, contribuindo à consolidação de um diferencial no suprimento de informações aos investidores e aos demais *stakeholders*. Assim, com base nos argumentos supracitados, a questão orientadora do presente estudo é a seguinte: **Quais as informações voluntárias evidenciadas pelas companhias abertas da região sul do Brasil?** O objetivo implícito é identificar as informações que as companhias abertas da região sul do Brasil têm publicado de forma espontânea. Focalizar a investigação em torno da temática relativa à evidenciação voluntária de informações contábeis é especialmente importante à visualização da existência de disparidades entre as empresas abertas do sul brasileiro, bem como à identificação da distância entre o que o mercado almeja e o que as empresas estão oferecendo.

2 CONTABILIDADE COMO FONTE DE INFORMAÇÕES

Administrar adequadamente os recursos informacionais e seus fluxos na organização representa uma necessidade premente (BEAL, 2004). Para a autora, a informação e o conhecimento têm representado patrimônios cada vez mais valiosos às empresas, uma vez que possibilitam a previsão, compreensão e resposta às mudanças ambientais. Nessa mesma linha de raciocínio, Morais (2005) acrescenta que as empresas devem assumir uma postura pró-ativa, respondendo, imediatamente, às exigências do mercado. Assim, a identificação e delineamento de estratégias para atender às necessidades empresariais têm instigado o reconhecimento do instrumental representado pela ciência contábil, visto que seu objetivo está centrado na construção de uma espécie de arquivo básico da informação contábil (IUDÍCIBUS, 2000). O autor também destaca que o sistema contábil deveria produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações úteis para um bom número de usuários. Nesse sentido, o autor atenta à possibilidade de haverem necessidades informacionais diferentes entre usuários da informação contábil, visto que os mesmos podem conjugar intenções distintas

O processo de divulgação corresponde à veiculação de informação e, em vista da amplitude do tema abarca, inclusive, a área de informação financeira externa, devendo responder, no mínimo, a três perguntas fundamentais: [1] a quem deve ser divulgada a informação? [2] qual a finalidade da informação? [3] quanta informação deve ser divulgada? (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). Ainda com relação à amplitude do tema, destaca-se que, invariavelmente, podem ser encontradas “roupagens” diferentes para discussões da mesma natureza, visto que aspectos relativos à divulgação da informação contábil têm implicado uso de expressões como *disclosure* e/ou evidenciação (IUDÍCIBUS, 2000). O autor destaca que na verdade não existe diferença efetiva entre os dois conceitos, já que ambos representam, em linhas gerais, o processo por meio do qual a empresa apresenta suas informações a terceiros. Assim posto, no presente estudo, as expressões divulgação, evidenciação e *disclosure*, têm o mesmo significado. Por conseguinte, uma vez que o alcance dos objetivos desse estudo requer a associação das ações empresariais às metas e informações requeridas por alguns de seus usuários, denota-se o direcionamento do foco da presente pesquisa ao mercado – usuários externos.

As informações contábeis vêm crescentemente sendo reconhecidas como um importante recurso aos vários tipos de usuários. Por este motivo, aquelas tornadas públicas têm passado por um marcante processo de evolução e aperfeiçoamento no que diz respeito à quantidade, qualidade, profundidade e abrangência. As empresas têm articulado seus dados de forma estruturada de modo a contribuir à sua transparência, bem como à facilitação da interpretação por parte de seus usuários.

Comumente os usuários da contabilidade são divididos em dois grupos – externos e internos. Costuma-se considerar a própria empresa como usuária interna, uma vez que, via de regra, seus integrantes precisam de informações a seu respeito. Os usuários externos, por sua vez, são entendidos como quaisquer indivíduos que por ventura precisem de algum tipo de informação acerca da organização, normalmente representados por fornecedores, investidores, concorrentes, o próprio governo, clientes, sindicatos, entre outros. Esse segundo grupo, normalmente interessa-se por informações fornecidas pela contabilidade financeira, expressas em relatórios denominados de demonstrações contábeis.

Responder às demandas ambientais e ainda prospectar cenários à organização representa um desafio empresarial, independentemente das potencialidades, segmentos, metas ou porte da instituição. Assim, uma vez que a conotação de estratégica tem sido um dos atributos à eficácia da informação contábil, a disposição de informações devidamente incrementadas é salutar a quaisquer entidades. Para Oliveira, Perez Jr. e Silva (2002, p. 57) as informações estratégicas são aquelas “que a empresa precisa obter sobre seu ambiente operacional para poder mudar e desenvolver estratégias adequadas capazes de criar valor para os clientes e de ser vantajosas em novos mercados e indústrias, em um tempo futuro”.

Para que a contabilidade possa desempenhar o seu papel é necessária a existência de um sistema específico para tais finalidades (OLIVEIRA, PEREZ Jr. e SILVA, 2002). Tal recurso, denominado sistema de informações gerenciais, corresponde à combinação de um conjunto de dados sobre os quais se aplica determinada rotina de trabalho para obtenção de informações de saídas. Uma vez considerada como um sistema de informação e avaliação, a contabilidade deve, então, reunir esforços para prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade (PEREZ Jr., 2006).

3 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS

A legislação societária brasileira, à época da elaboração das demonstrações contábeis objeto dessa investigação, determinava que as companhias abertas, ao final de cada exercício social, procedessem à elaboração de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Em adição às obrigações supracitadas, constantes do artigo 176 da Lei 6.404/76, o artigo 133 da citada lei exige a publicação de Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, bem como Pareceres de Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

O Relatório da Administração é peça-chave nas demonstrações contábeis publicadas e é o instrumento maior de apresentação de informações relevantes relativas à empresa dentro do seu negócio de atuação (PADOVEZE, 2003), devendo inspirar transparência. Desse modo, seu objetivo é esclarecer eventuais dúvidas de investidores abordando os principais aspectos que motivaram o desempenho da empresa.

4 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS VOLUNTÁRIAS

As informações contábeis voluntárias representam o conjunto de informações evidenciadas pelas companhias abertas que vai além das obrigações anteriormente mencionadas. Todavia, face à diversidade de informações que podem ser divulgadas, para efeito de realização desse estudo foram identificadas ocorrências de evidenciação voluntária

da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Balanço Social (BS), Demonstração do Valor Econômico Agregado (EVA), aspectos relativos ao Intangível e *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA).

A seguir são elucidadas conceituações relativas às evidenciações voluntárias delimitadas à realização dessa investigação. A opção pelas referidas informações encontra-se consubstanciada nos estudos realizados por Gonçalves e Ott (2002), Piacentini (2004) e Ponte *et al* (2007). Em adição ao respaldo dos estudos recém citados à escolha das evidenciações pesquisadas e, em face da utilização de demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 2006, a eleição da DFC e da DVA deve-se também à possibilidade de aprovação do Projeto de Lei 3.741/00 visualizada à época, fornecendo assim um panorama do nível de evidenciação de informações que poderia tornar-se uma obrigatoriedade, a qual atualmente é uma realidade diante da Lei 11.638/07.

4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Na visão de Marion (2006, p. 426) a Demonstração dos Fluxos de Caixa, “indica a origem de todo o dinheiro que *entrou* no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que *saiu* do Caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro”. Blatt (2001, p. 132) acrescenta que sua utilidade é “fornecer ao usuário da demonstração uma visão do planejamento, da tomada de decisão e do sucesso da gerência em lidar com muitas das ações concernentes ao caixa”, auxiliando assim, na avaliação da capacidade de a empresa gerar caixa e equivalentes à caixa. A opção pela identificação das ocorrências de evidenciação voluntária de Demonstrações dos Fluxos de Caixa também tem respaldo em estudo desenvolvido por Leuz (2000), realizado junto às empresas alemãs.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A DVA é um demonstrativo contábil contributivo à apresentação e medição dos benefícios sócio-econômicos produzidos pela empresa; demonstra a riqueza gerada pela companhia e sua distribuição entre os diversos agentes com os quais se relaciona (sociedade, governo, empregados, acionistas, fornecedores, clientes, etc.). Cumpre, assim, papel importante na transparência de informações de cunho econômico e social.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.010/05, a DVA “é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição”. Blatt (2001) atenta à impossibilidade de confusão da DVA com a Demonstração do Resultado do Exercício, visto que a primeira é voltada para a geração de riqueza e sua respectiva distribuição e a segunda possui informações a respeito da lucratividade da empresa, voltando-se, quase que exclusivamente, para sócios e acionistas. Complementarmente à possibilidade de aprovação do Projeto de Lei 3.741/00, posteriormente confirmada pela aprovação da Lei 11.638/07, o crescimento da publicação e a importância da DVA sinalizados por Alves e Oliveira (2003) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005) contribuem à opção pela inserção do referido demonstrativo dentre as informações voluntárias pesquisadas. Uma vez utilizada para prover informações relativas aos benefícios sócio-econômicos das instituições, a DVA pode, a critério da organização, integrar a ferramenta objeto de análise do tópico seguinte, o Balanço Social.

4.3 BALANÇO SOCIAL (BS)

A evidenciação de informações contábeis precisas e relevantes representa vantagem à organização, proporcionando aumento de sua credibilidade (SALES e RESENDE, 2005). Nesse sentido, como resposta à importância que o mercado tem conferido à inclusão social e à preservação do meio ambiente, surgiu a figura do Balanço Social. Para Luca (1998) o Balanço Social é uma ferramenta capaz de atender às necessidades de informações dos mais variados usuários, no âmbito das questões sociais. Assim, a referida ferramenta funciona como o “espelho” do comprometimento social da empresa, evidenciando o seu perfil frente às

questões sociais. No Brasil, o Balanço Social não possui uma estrutura padronizada de apresentação, uma vez que sua publicação não é obrigatória. Luca (1998) acrescenta que o modelo mais adotado tem sido o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais-Econômicas – IBASE.

A opção pela identificação de evidenciações de BS também se encontra pleiteada na possibilidade de aprovação do Projeto de Lei 3.741/00 à época da coleta dos dados que subsidiam a presente investigação, visto que, conforme já salientado, a referida ferramenta contábil pode integrar a DVA, cujo Projeto de Lei previa a obrigatoriedade.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO AGREGADO (EVA)

A Demonstração do Valor Econômico Agregado fornece informações relativas à criação de riqueza econômica aos acionistas. Nessa demonstração, as informações voltadas ao lucro e rentabilidade da empresa cedem espaço à verificação da adequada remuneração do capital investido, ou seja, se o desempenho operacional está criando ou destruindo o valor da empresa (HOJI, 2004). Blatt (2001) acrescenta que cada vez mais as empresas estão começando a adotar o *Economic Value Added* – EVA (ou ainda Valor Econômico Agregado) para medir o seu resultado. O EVA é o lucro operacional menos o custo do capital investido, logo caso mostrar-se positivo significa que a gestão agregou valor à empresa.

Este instrumento representa um avanço considerável na informação contábil, a partir do uso de um conceito desenvolvido e muito utilizado pela teoria econômica. Trata-se do custo de oportunidade. A partir dele tem-se uma informação de caráter econômico, de maior significado para fins de avaliação do real ganho sobre o investimento realizado.

4.5 EVIDENCIAÇÃO DOS INTANGÍVEIS

Os avanços de cunho social e tecnológico e ainda a evolução da ciência contábil verificados nas últimas décadas despertaram a atenção para a informação e o conhecimento, representativos de ativos intangíveis salutar à organização, face à representatividade econômica que possuem junto às instituições. Assim, deu-se início a discussões relativas à importância e necessidade de mensuração de ativos intangíveis, o que envolve o estabelecimento de objetos ou eventos, regras, especificação da propriedade a ser mensurada, a escala a ser usada e as dimensões da unidade (PADOVEZE, 2003). Em vista da amplitude intrínseca ao tema, há polêmica quanto à mensuração objetiva dos intangíveis.

Adicionalmente às considerações supracitadas, ressalta-se que, no atual estágio econômico da sociedade, o capital intelectual participa substancialmente dos recursos disponíveis de uma organização. Pereira (2006), por exemplo, ressalta que uma das principais fontes de geração de riquezas às companhias tem sido representada pelo capital humano. Este, segundo a autora, caracteriza-se pela capacidade, conhecimento, habilidade, experiência e criatividade dos membros da organização. Assim posto, a atualidade é marcada pelo surgimento de um novo modelo econômico, fortemente movido pela propriedade intelectual, a qual tem instituído necessidades informacionais que possibilitem uma adequada verificação do desempenho e poder econômico das empresas.

Como consequência do reconhecimento da importância representada por ativos intangíveis, as organizações têm revelado informações acerca de seus bens incorpóreos. Todavia, diante da dificuldade de mensuração já salientada, as manifestações dessa natureza ainda têm se mostrado de forma tênue. Assim, para efeito de realização desse estudo, foram consideradas como evidenciações de intangíveis aquelas manifestações da expressão “intangível(eis)”, seja no Balanço Patrimonial ou Relatório da Administração.

4.6 EARNING BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION (EBITDA)

Ao discorrer acerca da percepção, por parte das empresas, da necessidade de vincular sua continuidade ao atendimento dos desejos estabelecidos pelo mercado, Assaf Netto (2007) ressalta o surgimento do EBITDA, representativo de uma medida gerencial marcada pelo

redescobrimto de indicadores do campo das finanças. O EBITDA ou lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA, como também é conhecido, segundo Silva *et al* (2007), é essencialmente representado pelo caixa genuinamente gerado pela atividade operacional da empresa.

O EBITDA representa um indicador de geração de caixa operacional, dado que desconsidera as despesas e receitas operacionais que não afetam o caixa, considerando somente os resultados de natureza operacional que influenciam as disponibilidades. Frezatti e Aguiar (2007) analisaram, sob ponto de vista do controle gerencial, o potencial e as limitações do uso do EBITDA como indicador financeiro de longo prazo. Mesmo reconhecendo aspectos positivos de sua utilização por parte dos usuários interessados, os autores buscam identificar os impactos que podem ser gerados no planejamento e no controle das organizações quando da utilização, de maneira única e priorizada, do EBITDA, percebendo que, apesar de contemplar essas finalidades, a ferramenta não reflete a geração de caixa operacional nem proporciona indicações adequadas a um profícuo posicionamento da gerência nas empresas.

5 GOVERNANÇA CORPORATIVA

As empresas inseridas no complexo ambiente representado pelo mercado globalizado têm buscado de forma permanente uma adequação às suas reais necessidades. Dentre uma série de atividades que vem sendo desenvolvidas pelas organizações, uma delas relaciona-se à transparência, fortemente movida, segundo Assaf Neto (2007), por escândalos financeiros envolvendo grandes corporações mundiais, recentemente registrados.

Nesse contexto, a Governança Corporativa – GC é entendida como um sistema de valores que rege as empresas, tanto em suas relações internas como externas (ASSAF NETO, 2007). Ademais, o conceito de governança representa a ativa participação dos investidores institucionais na administração geral dos negócios, objetivando a criação de valor para o acionista a partir da interferência de uma vasta gama destes investidores (PADOVEZE, 2003). Silva (2004, p. 94) manifesta-se no mesmo sentido, argumentando que “o termo Governança Corporativa tem origem na expressão inglesa *corporate governance*, e é definida como um conjunto de relações entre a administração de uma empresa, seu conselho de administração, acionistas e outras partes interessadas”.

Assaf Neto (2007) explana que os conceitos de Governança Corporativa não se restringem à transparência, estando também relacionados com a sua responsabilidade em questões que envolvem a sociedade como um todo. Nesse sentido, Padoveze (2003) acrescenta que a adoção da Governança Corporativa está entre um dos melhores instrumentos de relacionamento com investidores, uma vez que estes deixam de ser tratados como interessados residuais e têm seus objetivos incorporados às metas e estratégias da companhia. Além disso, a adoção dessa postura permite que as empresas tornem-se mais atrativas para investimentos face ao crescimento de sua aceitação no mercado.

Os investidores de mercado de ações necessitam de informações inteligíveis que contribuam na análise das companhias que têm interesse, o que não acontece apenas quando o investidor deseja efetivamente fazer um investimento, mas a cada intenção (PIACENTINI, 2004). Assim, a partir dessa necessidade, surge a decisão voluntária de apresentar informações não exigidas pela legislação.

À Comissão de Valores Mobiliários cabe a tarefa de regulamentar o mercado, fiscalizar as companhias abertas e a distribuição de seus valores mobiliários. Ainda nesse contexto destaca-se o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, responsável pela fixação de algumas recomendações que tendem a impulsionar a evidenciação de informações nas companhias abertas. O principal catalisador dessa mudança de paradigma tem sido o Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, segmento especial idealizado em 2000 para abrigar as companhias que se comprometem com as melhores práticas de

Governança Corporativa. Foram criados, além do Novo Mercado, dois segmentos intermediários, os chamados Nível 2 e Nível 1, destinados a abrigar aquelas companhias que atendam, gradativamente, a um menor número de exigências.

Segundo BOVESPA (2007) as práticas de Governança Corporativa contribuem à evidenciação de um maior volume de informações, possibilitando, assim, um melhor acompanhamento do desempenho da empresa. A adesão das companhias aos Níveis 1, 2 ou ao Novo Mercado depende do grau de compromisso assumido e é formalizada por meio de um contrato, assinado pela BOVESPA, pela companhia, seus administradores, conselheiros fiscais e controladores. Ao tratar da relação entre *disclosure* e Governança Corporativa, Lanzana (2004) afirma que a gerência de uma organização tende a abrir, de forma voluntária, informações relevantes sobre o seu futuro, objetivando ganhar a confiança dos acionistas. Isso decorre do atendimento às exigências fixadas pela BOVESPA nos diversos níveis de governança, de modo que a evidenciação de algumas informações, apesar de representativa de uma faculdade à organização no que diz respeito à legislação societária nacional, é compulsória à manutenção da companhia junto aos níveis diferenciados de GC.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa de natureza descritiva, objetivando a descrição das características verificadas em determinado grupo (GIL, 2007). Com relação à maneira pela qual o estudo é conduzido caracteriza-se por uma pesquisa documental, visto que “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (RAUPP e BEUREN, 2006, p. 89).

A coleta de dados não necessariamente expressos por números, representados, nesse estudo, pelos Relatórios de Administração publicados pelas companhias, caracteriza um delineamento de natureza qualitativa (SILVA, 2006). À luz de uma abordagem quantitativa, fundamentada pela intenção de garantir maior precisão aos resultados, os dados extraídos foram processados no *software SPSS*[®], versão 15.0, explorando-se estatística descritiva e o estabelecimento de relação entre as informações evidenciadas.

A população da presente pesquisa corresponde às companhias abertas da região sul do país, perfazendo um total de 137 empresas, cuja relação foi obtida por meio de contato eletrônico junto à Comissão de Valores Mobiliários. Foram coletadas as demonstrações contábeis das referidas companhias do exercício findo em 31/12/2006, publicadas até agosto de 2007. Ainda assim, a amostragem intencional e não-probabilística configura-se como uma limitação do presente estudo, impedindo a extrapolação de seus achados para outros estados brasileiros, bem como para outros períodos. A amostragem demandou a exclusão de 30 empresas, visto que: [a] 11 se encontravam com o registro suspenso; [b] 1 inadimplente; [c] 1 falida; [d] 8 não disponibilizaram, até agosto de 2007, as demonstrações contábeis do período analisado e [e] 9 configuravam-se como exploradoras do segmento de energia elétrica. As exclusões foram realizadas tendo como base as informações situacionais disponibilizadas pela CVM (2007), representando 21,9% da população.

As companhias vinculadas ao setor de utilidade pública, exploradoras do segmento de energia elétrica foram excluídas em virtude de exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, mais precisamente no que diz respeito ao cumprimento do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em estudo desenvolvido com empresas do setor elétrico brasileiro, Silva (2004) expõe que algumas informações suplementares, tais como DFC, DVA e BS são compulsórias para o setor, logo, com finalidade de eliminar vieses à presente investigação, não integraram a amostra que, ao final, restou em 107 empresas. Acrescenta-se que o número de empresas integrantes da amostragem realizada satisfaz à quantidade mínima (101 companhias seriam suficientes) apontada por Cooper e Schindler (2003) e Mattar (2004) como aquela necessária à condução

de amostragem probabilística sistemática para uma população finita de 137 companhias a um nível de significância de até 5%.

Gil (2007) ressalta que nas situações em que boa parte dos documentos a serem utilizados na pesquisa não recebeu nenhum tratamento analítico, torna-se necessária a análise de seus dados. Assim, a técnica utilizada para análise e interpretação dos dados é a análise de conteúdo, por meio da qual podem ser obtidas descrições/interpretações do conteúdo das mensagens (MARTINS, 2002). Silva (2006) acrescenta que essa técnica não se propõe a substituir a análise formal estatística, mas descobrir nuances nas entrelinhas mais subjetivas do objeto, tendo em vista que a padronização das análises formais dificulta essa descoberta. Para Richardson (1999) a análise de conteúdo tende a um tratamento quantitativo, porém, sem excluir a interpretação qualitativa. O autor ainda destaca que um dos diversos tratamentos dados à análise de conteúdo refere-se à quantificação da presença ou ausência de determinado elemento. Assim, tendo por base os procedimentos metodológicos explanados, apresenta-se na seqüência a análise dos dados.

7 ANÁLISE DE DADOS

A identificação das características das informações voluntárias evidenciadas pelas empresas objetos dessa análise iniciou com a coleta de suas respectivas demonstrações contábeis anuais, incluindo o Relatório de Administração. A seguir os dados foram tabulados. A Figura 1 apresenta, em termos percentuais, a distribuição estadual das companhias da região sul do Brasil investigadas (19 paranaenses, 55 gaúchas e 33 catarinenses).

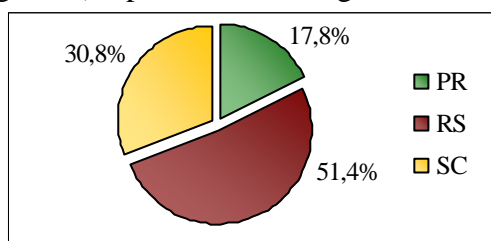


Figura 1: Distribuição das Companhias Abertas por Estado.

7.1 NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Das 107 empresas pesquisadas, apenas 15 aderiam às práticas de Governança Corporativa, das quais foram identificadas 9 companhias pertencentes ao Novo Mercado, 4 ao Nível 1 e 2 ao Nível 2. A distribuição estadual das 15 companhias que aderem às práticas de Governança Corporativa, em números absolutos, é demonstrada na Figura 2.

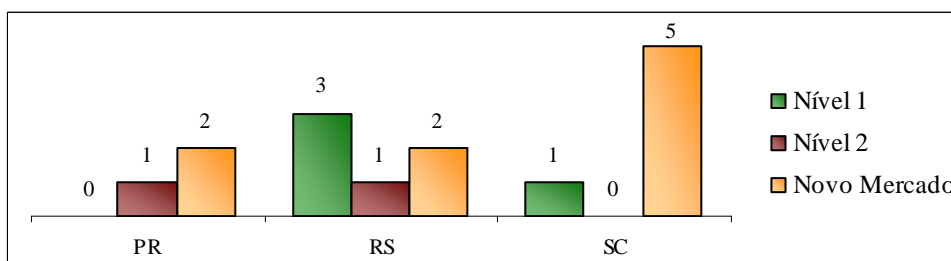


Figura 2: Distribuição Estadual das Companhias que aderem às Práticas de GC

Das 92 empresas que não aderem a nenhum dos níveis de Governança Corporativa propostos pela BOVESPA, classificadas nesse estudo sob a nomenclatura de companhias “tradicionais”, 16 são paranaenses (17,4%), 49 gaúchas (53,3%) e 27 catarinenses (29,3%). Na análise isolada por estados, em termos percentuais, verificou-se que as empresas gaúchas destacaram-se como aquelas de menor adesão às práticas de Governança Corporativa da BOVESPA. A Tabela 1 consolida os dados relativos à adesão aos níveis de Governança Corporativa em cada um dos estados pesquisados.

Tabela 1 – Níveis de Governança por Estado

Nível de Governança	PR		RS		SC	
	n° cias	%	n° cias	%	n° cias	%
Nível 1			3	5,5%	1	3%
Nível 2	1	5,3%	1	1,8%		
Novo Mercado	2	10,5%	2	3,6%	5	15,2%
Tradicional	16	84,2%	49	89,1%	27	81,8%
Totais	19	100%	55	100%	33	100%

7.2 EVIDENCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS

No que se refere à análise das informações voluntárias evidenciadas pelas empresas pesquisadas, foi constatada predominância de divulgação do EBITDA, manifestada por 49 companhias, bem como, ausência de manifestação de EVA. Os intangíveis e a DFC foram as duas outras informações espontâneas mais significativas, com 33 e 31 ocorrências, respectivamente. Por sua vez, o Balanço Social e a DVA mostraram-se mais tênues, evidenciados, respectivamente, por 27 e 23 entidades. A Figura 3 representa um esboço dessas considerações em termos percentuais.

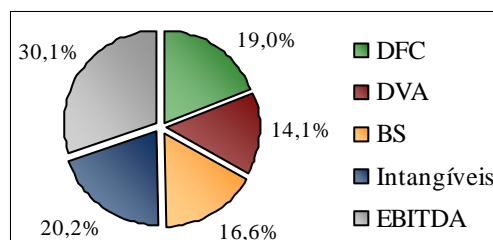


Figura 3: Distribuição das Informações Voluntariamente Evidenciadas

Ressalta-se que, para fins do objetivo estabelecido para o presente estudo, considerou-se como evidenciação do Balanço Social toda aquela informação que, mesmo não estando demonstrada conforme o modelo proposto pelo IBASE, apresentou características de cunho sócio-ambiental. Quanto à DVA considerou-se como informação evidenciada o caso daquelas empresas que mesmo não apresentando a respectiva demonstração por completo, disponibilizaram tabelas ou figuras de distribuição do valor gerado pela companhia. Com relação aos intangíveis foram consideradas as ocorrências de menção da expressão “intangível” em todo o material analisado, não se atendo à identificação do conteúdo das informações reunidas nesse grupo.

Procedendo-se a exclusão das empresas integrantes de qualquer um dos níveis de Governança Corporativa pôde-se identificar o percentual de participação das referidas companhias na evidenciação de cada uma das informações objeto dessa investigação. Assim, as empresas participantes dos Níveis 1, 2 e do Novo Mercado mostraram-se responsáveis por 48,4%, 34,8%, 22,2%, 24,2% e 30,6% das evidenciações de DFC, DVA, BS, Intangíveis e EBITDA, respectivamente. Esperava-se plena participação das empresas que aderem às práticas de Governança na evidenciação da DFC; todavia, pôde-se depreender que apenas 16 das 92 empresas classificadas como tradicionais nesse estudo divulgaram a referida demonstração. Tendo em vista que o projeto de lei que previa a obrigatoriedade da divulgação da DFC teve início no ano 2000, as considerações supracitadas demonstraram que, em 2006, as companhias abertas do sul do país ainda não se mostravam preocupadas com a evidenciação voluntária de um demonstrativo que, à época, poderia tornar-se compulsório a qualquer momento. Adicionalmente a essas considerações, a Figura 4 apresenta, em números absolutos, a quantidade de evidenciações nas entidades pesquisadas e seu respectivo enquadramento quanto às práticas de Governança Corporativa.

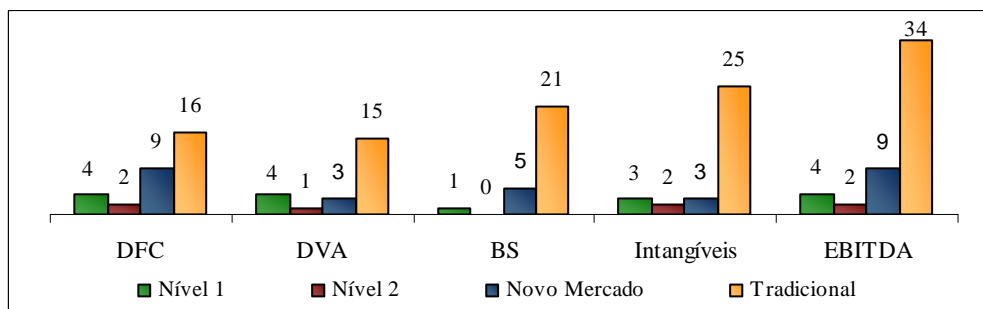


Figura 4: Distribuição das Informações Voluntariamente Evidenciadas por Nível de GC

A realização da análise das informações voluntariamente evidenciadas especificamente por cada um dos estados sinalizou que, similarmente à análise conjunta, o EBITDA é a evidenciação espontânea mais recorrente. A Figura 5 indica, em números absolutos, a quantidade de evidenciações percebidas nas empresas paranaenses, gaúchas e catarinenses. Face à predominância de empresas do estado do Rio Grande do Sul, procedeu-se análise das referidas informações, em termos percentuais. Assim, relacionando-se o número de empresas evidenciadoras de cada uma das informações e o total de companhias de cada um dos estados, constatou-se concentração de DFC dentre as empresas paranaenses, seguidas das catarinenses e, por fim, das gaúchas. No tocante à DVA e ao BS, os estados do RS, SC e PR foram responsáveis, respectivamente, por 33,3% e 45,5%; 20% e 10,9%, bem como 5,3% e 31,6% das evidenciações. As companhias paranaenses destacaram-se na evidenciação de intangíveis (36,8%), tendo sido percebida concentração de EBITDA dentre as catarinenses (48,5%).

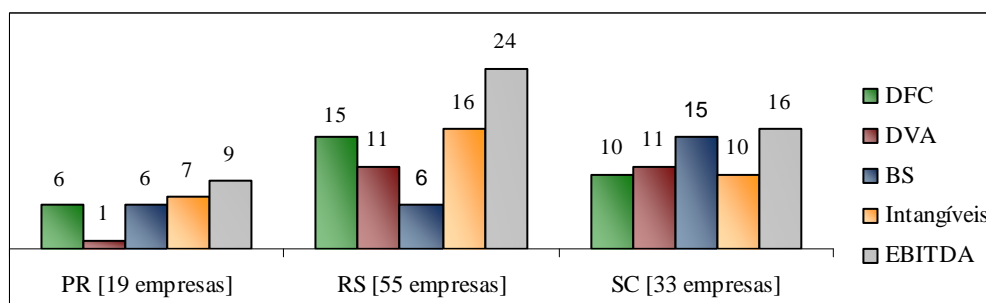


Figura 5: Distribuição Estadual das Informações Voluntariamente Evidenciadas

No tocante à evidenciação do Balanço Social e de questões relativas ao ativo intangível, percebeu-se, nas empresas paranaenses, intensa participação daquelas companhias que não aderem às práticas de Governança Corporativa. Foram identificadas, respectivamente, 6 e 7 manifestações de BS e de intangíveis. Com relação ao Balanço Social, apenas uma das 6 empresas que procederam à evidenciação adere às práticas de GC (Novo Mercado). A evidenciação de intangíveis restringiu-se a uma empresa do Nível 1 de GC, visto que as 6 demais companhias foram classificadas como tradicionais. Essas constatações podem sinalizar divergências de interesses entre os usuários de informações contábeis paranaenses, gaúchos e catarinenses. Nesse sentido, visualiza-se a possibilidade de que fatores culturais de cada uma das regiões estudadas influenciem as necessidades informacionais dessas sociedades.

Dentre as 107 empresas investigadas, 39 restringiram-se à divulgação exigida por força de lei. Assim, 36,4% delas não realizaram qualquer tipo de evidenciação voluntária. Esse grupo, predominantemente influenciado por empresas gaúchas, é demonstrado na Figura 6. Excluindo-se o EVA, totalmente ausente na investigação desenvolvida, a evidenciação espontânea de pelo menos uma das informações pesquisadas foi percebida em 14 empresas paranaenses, 31 gaúchas e 23 catarinenses. A Figura 6 apresenta um comparativo estadual, em termos percentuais, entre as empresas que não evidenciaram nenhuma das informações pesquisadas e aquelas que disponibilizaram pelo menos uma das evidenciações analisadas.

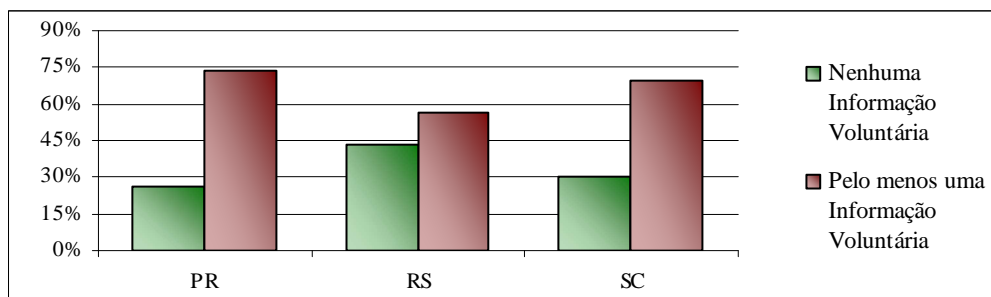


Figura 6: Nenhuma Informação Voluntária x Pelo menos uma Informação Voluntária

Expurgando-se as companhias integrantes dos níveis diferenciados de GC da análise contida na Figura 6 percebeu-se aumento do número de companhias que não procederam sequer uma evidenciação voluntária, todavia; em linhas gerais, os resultados mostraram-se similares – predominaram evidenciações de pelo menos uma informação espontânea nas empresas paranaenses, seguidas das catarinenses e, por fim, das gaúchas. A ausência das evidenciações voluntárias pesquisadas permaneceu concentrada nas empresas do RS, seguidas, gradativamente, daquelas pertencentes aos estados de SC e PR.

Apenas 6 empresas procederam evidenciação concomitante de DFC, DVA, BS, Intangíveis e EBITDA, sendo uma participante do Nível 1, outra do Novo Mercado e as demais tradicionais. A Figura 7 apresenta a distribuição percentual das 107 companhias objeto desse estudo no que diz respeito ao número (em valores absolutos) de evidenciações voluntárias constatadas.

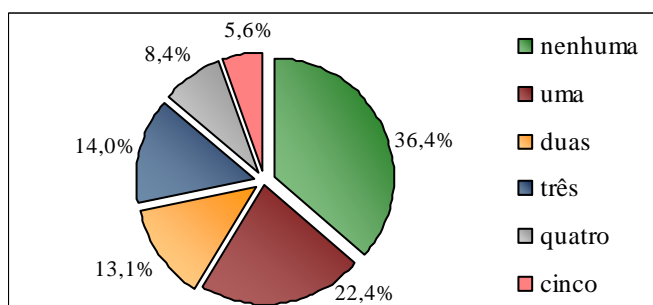


Figura 7: Distribuição das Empresas no tocante à Quantidade de Evidenciações Voluntárias

O fato de 4 dentre as 6 empresas que realizaram evidenciação simultânea de DFC, DVA, BS, Intangíveis e EBITDA não aderirem às práticas de GC sugere uma alteração de comportamento por parte de uma diminuta parcela da amostra estudada. A seguir, dada à diversidade de segmentos econômicos das empresas analisadas, apresenta-se a análise das evidenciações voluntárias agrupadas por tais setores.

7.2.1 EVIDENCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS POR SETOR ECONÔMICO

A Bolsa de Valores de São Paulo disponibiliza uma listagem com a relação das empresas que submetem suas ações à negociação pública, segregando-as em 10 setores econômicos distintos a saber: [1] bens industriais, [2] construção e transporte, [3] consumo cíclico, [4] consumo não-cíclico, [5] financeiro e outros, [6] materiais básicos, [7] petróleo, gás e combustíveis, [8] tecnologia da informação, [9] telecomunicações e [10] utilidade pública. Com finalidade de ampliar a abrangência do presente estudo e identificar a possibilidade de estabelecimento de relações entre os setores econômicos, procedeu-se à segregação setorial das 107 empresas estudadas. Nesse sentido, a referida classificação foi efetuada em estrita observância à relação disponibilizada pela BOVESPA; todavia, não foi possível realizar o enquadramento de 10 empresas, o que correspondente a menos de 10% das instituições analisadas e, para não enviesar os resultados desse estudo, as referidas companhias foram excluídas dessa etapa de análise. A Tabela 2 apresenta um resumo das informações voluntariamente evidenciadas por cada um dos setores econômico.

Tabela 2 – Evidenciação Voluntária por Setor Econômico

Quant. Cias	Setor Econômico	Evidenciações Voluntárias												
		DFC		DVA		BS		Intangíveis		EBITDA		Totais		
17	17,5%	Bens Industriais	8	25,8%	7	31,8%	4	15,4%	6	19,4%	12	25,5%	37	23,6%
13	13,4%	Construção e Transporte	3	9,7%	1	4,5%	2	7,7%	5	16,1%	5	10,6%	16	10,2%
18	18,6%	Consumo Cíclico	4	12,9%	4	18,2%	7	26,9%	9	29,0%	9	19,1%	33	21,0%
14	14,4%	Consumo Não-Cíclico	7	22,6%	3	13,6%	4	15,4%	6	19,4%	9	19,1%	29	18,5%
9	9,3%	Financeiro e outros					1	3,8%					1	0,6%
10	10,3%	Materiais Básicos	3	9,7%	3	13,6%	3	11,5%	2	6,5%	4	8,5%	15	9,6%
3	3,1%	Petróleo, gás e combustíveis	3	9,7%	3	13,6%					3	6,4%	9	5,7%
4	4,1%	Tecnologia da Informação	2	6,5%			1	3,8%	2	6,5%	4	8,5%	9	5,7%
2	2,1%	Telecomunicações												
7	7,2%	Utilidade Pública	1	3,1%	1	4,7%	4	15,5%	1	3,1%	1	2,3%	8	2,3%
97	100%	Total Geral	31	100%	22	100%	26	100%	31	100%	47	100%	157	97%

Constatou-se que as companhias exploradoras do setor de bens industriais, representantes de 17,5% da amostra estudada são responsáveis pela maioria das evidenciações espontâneas investigadas. Por outro lado, no setor de telecomunicações não foi identificada sequer uma evidenciação voluntária daquelas pesquisadas e nas 9 empresas ligadas ao setor financeiro e outros foi percebida apenas uma evidenciação de caráter não-obrigatório dentre aquelas propostas nesse estudo. A análise específica de cada uma das informações pesquisadas sinalizou alto índice participativo das empresas do setor de consumo cíclico na evidenciação de Balanço Social e de Intangíveis. A divulgação da DFC, da DVA e do EBITDA concentrou-se nas companhias de bens industriais.

Procedendo-se a exclusão das companhias participantes dos níveis de GC, a análise setorial forneceu resultados diferentes daqueles recém supracitados; 19,5% das 82 companhias objeto dessa análise restrita às companhias tradicionais, exploradoras do setor de consumo cíclico, foram responsáveis pela maioria de evidenciações relativas à DVA, BS, Intangíveis e EBITDA. A evidenciação da DFC concentrou-se em empresas de consumo não-cíclico. A análise das 16 empresas do setor de consumo cíclico sinalizou que a evidenciação de informações de caráter social concentrou-se dentre às companhias catarinenses.

7.2.2 RELAÇÃO ENTRE AS EVIDENCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS INVESTIGADAS

Ainda que o presente estudo não tenha sido desenvolvido com finalidade explicativa, com o intuito de oferecer maior robustez aos resultados pretendidos, foi realizada uma regressão linear entre as evidenciações voluntárias objeto dessa investigação por meio do *software SPSS*[®]. Nesse sentido, uma vez que o maior número de ocorrências de informações espontâneas referiu-se à evidenciação do EBITDA, este instrumento foi explorado como um possível condicionante às demais evidenciações. Isto posto, os dados relativos à estatística de regressão linear entre o EBITDA e as demais evidenciações pesquisadas, para um *n* de 92 companhias (totalidade das empresas tradicionais), são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Model Summary [Predictors: (Constant), EBITDA]

[Y] Variável Dependente	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
DFC	0,480(a)	0,231	0,222	0,33609
DVA	0,455(a)	0,207	0,198	0,33267
BS	0,281(a)	0,079	0,069	0,40724
Intangíveis	0,292(a)	0,085	0,075	0,43022

As informações contidas na Tabela 3, especialmente aquelas relativas ao valor do R múltiplo, sinalizaram que as variações do nível de evidenciação de DFC e DVA podem ser explicadas pela apresentação do EBITDA. Com relação ao BS e à evidenciação dos intangíveis, é possível afirmar, a um nível de significância de 95%, que ambos os demonstrativos são influenciados pelo EBITDA; no entanto, essa relação deve ser vista com cautela uma vez que, aproximadamente 92,1% e 91,5% das respectivas evidenciações são influenciadas por fatores alheios à divulgação do EBITDA.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi desenvolvido para identificar quais são as informações voluntárias evidenciadas pelas companhias abertas da região sul do Brasil. Metodologicamente, trata-se de estudo documental de natureza descritiva, realizado por meio da técnica de análise de conteúdo. Diante dos dados obtidos e com base no referencial teórico, a pesquisa revela que, dentre as evidenciações voluntárias analisadas, o EBITDA foi a divulgação espontânea mais recorrente dentre as companhias estudadas e, diferentemente das afirmações sustentadas por Blat (2001), nenhuma das empresas pesquisadas procedeu a divulgação da Demonstração do Valor Econômico Agregado (EVA). Os intangíveis e a DFC foram as duas outras informações espontâneas mais significativas e o Balanço Social e a DVA mostraram-se mais tênues.

A análise específica para cada um dos estados sinalizou que, similarmente à análise conjunta, o EBITDA é a evidenciação espontânea mais recursiva. Constatou-se concentração de DFC dentre às empresas paranaenses, seguidas das catarinenses e, por fim, das gaúchas. No tocante à DVA e ao BS, os estados do RS, SC e PR foram responsáveis, respectivamente, por 33,3% e 45,5%; 20% e 10,9%, bem como 5,3% e 31,6% das evidenciações. As companhias paranaenses destacaram-se na evidenciação de intangíveis (36,8%), tendo sido percebida concentração de EBITDA dentre as catarinenses (48,5%). Essas constatações sugerem maior interesse de empresas do PR e SC por questões sociais; assim é possível que fatores culturais influenciem as necessidades informacionais dessas sociedades; nesse sentido, conhecer a cultura de uma região pode contribuir à delimitação do curso de ação à divulgação das informações contábeis.

Adicionalmente, constatou-se que mais de 35% das empresas pesquisadas não realizaram qualquer tipo de evidenciação voluntária daquelas investigadas. Com relação à classificação setorial, as companhias exploradoras do setor de bens industriais são responsáveis pela maioria das evidenciações espontâneas investigadas. A análise específica de cada uma das informações pesquisadas sinalizou alto índice participativo das empresas do setor de consumo cíclico na evidenciação de Balanço Social e de Intangíveis. A divulgação da DFC, da DVA e do EBITDA concentrou-se nas companhias de bens industriais. No tocante à relação entre as evidenciações analisadas, constatou-se que as publicações de DFC e DVA podem ser explicadas pela apresentação do EBITDA.

Por fim, como conseqüências das constatações provenientes do desenvolvimento desse estudo, os resultados sugerem que as empresas abertas do sul brasileiro ainda têm muito a progredir no que diz respeito à evidenciação de informações contábeis. Desse modo, a realização de pesquisas comprometidas com a identificação dos fatores motivacionais à evidenciação de informações dispensadas pela legislação brasileira e ainda interessadas na mensuração de seus respectivos benefícios representa uma oportunidade na academia.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. V.; OLIVEIRA, M. C. A evolução da evidenciação da demonstração do valor adicionado no Brasil e a geração e distribuição de riqueza por empresas brasileiras. *In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 3., 2003, São Paulo ... *Anais* ... São Paulo.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços – Um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEAL, A. **Gestão Estratégica da Informação: como transformar a informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

BLATT, A. **Análise de Balanços – Estruturação e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo. MAKRON Books, 2001.

BHOJRAJ, S.; BLACCONIERE W. G.; D'SOUZA J. D. Voluntary Disclosure in a Multi-Audience Setting: An Empirical Investigation. **The Accounting Review**. v. 79, n. 4, p. 921-947, Out 2004.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA. Governança Corporativa – Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acessado em 21/07/2007.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

_____. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, 6.404/76 de 15.12.1976.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Resolução CFC nº 1.010, de 2005.

_____. **Projeto de Lei nº 3.741/2000**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

CLARKSON, P. M. *et al.* Revisiting the Relation between environmental performance and environmental disclosure: An Empirical Analysis. **Accounting, Organizations and Society**. n. 33, p. 303-327, 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – Companhias Abertas – Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acessado em 05/08/2007.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA Jr., J. V. Uma Avaliação do Nível de Evidenciação das Companhias Abertas, no Brasil, no tocante aos Instrumentos Financeiros. **Revista Contabilidade & Finanças – RCF**. São Paulo: n. 32, p. 23-39, Mai./Ago. 2003.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. DVA – A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças – R&F**. São Paulo: n. 37, p. 7-23, Jan./Abr. 2005.

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B. EBITDA: possíveis impactos sobre o gerenciamento das empresas. **Revista Universo Contábil**. Blumenau: v.3, n.3, p. 07-24, Set/Dez. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos e Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, O.; OTT, E. **A Evidenciação nas Companhias Brasileiras de Capital Aberto**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 26. 2002, Salvador. *Anais ... Bahia, EnANPAD, 2002*. CD-ROM.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOJI, M. **Administração Financeira – Uma Abordagem Prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Responsabilidade social das empresas – edição 2002. Disponível em: <www.ethos.org.br/_uniethos/documentos/consumidor-2002.pdf>. Acessado em: 07.12.2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KIMBROUGH, M. D. The Effect of Conference Calls on Analyst and Market Underreaction to Earnings Announcements. . **The Accounting Review**. v. 80, n. 1, p. 189-219, Jan 2005.

LANZANA, A. P. **Relação entre Disclosure e Governança Corporativa das Empresas Brasileiras**. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

- LEUZ, C. The development of voluntary cash flow statements in German and the influence of international reporting standards. **Schmalenbach Business Review**. v. 52, n. 2, p. 182-207. Abr. 2000.
- LUCA, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado – Do Cálculo da Riqueza criada pela Empresa ao Valor do PIB**. Atlas, 1998.
- MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M.M. Governança Corporativa - Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças – RCF**. São Paulo: Ed. Com., p. 65-79 , Set. 2006.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARTINS, G. A. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MORAIS, R. T. R. **Planejamento Estratégico: um bem ou mal necessário?** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ Jr, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.
- PADOVEZE, C. L. **Controladoria Estratégica e Operacional – conceito, estruturas e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- PEREIRA, M. B. **Tratamento Contábil dos Ativos Intelectuais focados em Ativos Humanos de Empresas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo**. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.
- PEREZ Jr., J. H. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- PIACENTINI, N. **Evidenciação Contábil Voluntária: Uma análise das práticas adotadas por Companhias Abertas Brasileiras**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- PONTE, V. M. R. *et al.* Análise das Práticas de Evidenciação de Informações Obrigatórias, Não-Obrigatórias e Avançadas nas Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas no Brasil: Um Estudo Comparativo dos Exercícios de 2002 a 2005. **Revista Contabilidade & Finanças – RCF**. São Paulo: Edição Comemorativa, p. 65-79, Set./Dez. 2007.
- RAUP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.
- RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SALES, I. C. H.; RESENDE, A. L. **Evidenciação das Informações Contábeis: Uma Análise de Conteúdo Aplicada ao Setor de Transporte Aéreo Brasileiro**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo ... *Anais ...* São Paulo.
- SILVA, A.C.R. **Metodologia da Pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, F.L. *et al.* **Influências do Controle Acionário no Disclosure de Informações Contábeis**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. 2007, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro, EnANPAD, 2007. CD-ROM.
- SILVA, J. R. F. **As Empresas do Setor Elétrico Brasileiro e os Níveis de Evidenciações Voluntárias das Demonstrações Contábeis**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.